



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 3685/2017

Processo nº **002434-0200/15-1**
Relator: **CONSELHEIRO PEDRO FIGUEIREDO**
Matéria: **CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO DE 2015**
Órgão: **EXECUTIVO MUNICIPAL DE MATO QUEIMADO**
Gestor: **NELSON HENTZ (PREFEITO)**
NILSON ANTÔNIO BORCHERT (VICE-PREFEITO)

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO. NÃO ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PARECER DESFAVORÁVEL (PREFEITO). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A conduta infringente de normas de finanças públicas voltadas para a transparência na gestão fiscal sujeita à advertência e à emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do Gestor (Prefeito).

Para exame e parecer o Processo de Contas de Governo dos Administradores acima nominados.

Registre-se que o Senhor NELSON HENTZ (Prefeito) prestou esclarecimentos por meio de Procurador devidamente habilitado, acompanhados de documentação tida como probante.

O Senhor NILSON ANTÔNIO BORCHERT (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos, em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Supervisão registrou a ausência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade do Administrador no exercício sob exame.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

As irregularidades a seguir, indicadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a normas de finanças públicas, ensejando advertência à origem:

DA GESTÃO FISCAL

2.3 – Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra no Recibo de Informações nº 8/2015 (peça 372966, pp. 7 a 9 e 21).

De acordo com o Recibo de Informações nº 8/2015 (peça 327852), o site do Município não disponibilizava todas as informações necessárias na internet.

Não foram cumpridas, portanto, em sua totalidade, as exigências do caput do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, em ofensa aos princípios da publicidade e da transparência da gestão fiscal, essenciais ao controle dos gastos públicos.

Frente a isso, opina o Ministério Público de Contas pelo **não atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal**, no que tange ao artigo 48, e pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das Contas.

DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

2.1.1 – Não envio de declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “e”).

2.1.2 – Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O Balanço Patrimonial acostado à peça 265.938 não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta saldo credor em conta de natureza devedora. Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015.

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, em especial o não atendimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, reveste-se de relevância bastante para ensejar a rejeição das contas em questão, forte no disposto pelo artigo 2º da Resolução nº 1.009/2014.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Não atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000;

2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do senhor NILSON ANTÔNIO BORCHERT, Administrador do Executivo Municipal de Mato Queimado no exercício de 2015, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1.009/2014;

3º) **Parecer desfavorável** à aprovação das contas de governo do senhor NELSON HENTZ, Administrador do Executivo Municipal de Mato Queimado no exercício de 2015, com fundamento no artigo 2º da Resolução nº 1009/2014;

4º) **Ciência** ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral, consoante o disposto no artigo 140 do Diploma Regimental;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 07 de abril de 2017.

DANIELA WENDT TONIAZZO,
Adjunta de Procurador.
Assinado digitalmente.